



COMITÊ SOBRE A PROFICIÊNCIA LIMITADA EM INGLÊS

RELATÓRIO ANUAL DE 2023

Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pelo Ministro Jose Suarez do Juízo de Segunda Instância e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros¹:

Troy Brown
Brittany Kaplan
Richard Loffredo
Brandon Pelegano
Daisy Rosado-Hack
Viviana Livesay (Consultora de Serviços Jurídicos)
Heather Collins (Funcionária de Apoio)

O Poder Judiciário tem o compromisso de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês (LEP - na sigla em inglês) tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos e serviços. Esse compromisso é evidenciado pelo fato de o Judiciário ter alcançado o segundo lugar no *ranking* entre os 50 estados, Porto Rico e o Distrito de Colúmbia em prestação de acesso linguístico aos fóruns, de acordo com uma avaliação realizada em 2020 pelo Centro Nacional de Acesso à Justiça (NCAJ - na sigla em inglês) da Faculdade de Direito de Fordham.

Em 2023, a ITS participou de mais de 37.000 ações que necessitavam de assistência linguística em 83 idiomas/dialetos diferentes. Isso inclui mais de 1.600 eventos pré-agendados realizados pelo Microsoft Teams, Cisco technologies e/ou por meio telefônico com a assistência de funcionários ou intérpretes contratados. Além disso, serviços telefônicos de interpretação foram utilizados mais de 29.000 vezes em 75 idiomas/dialetos diferentes quando necessários para o atendimento ao público. Em 2023 a ITS traduziu/revisou 172 formulários distintos do Poder Judiciário como também 181 documentos relacionados a causas específicas.

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês no ano de 2023.

¹ O Comitê gostaria de reconhecer a advogada Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

I. Iniciativas Constantes

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar as instalações, procedimentos e informações do Poder Judiciário, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

Treinamento Contínuo Sobre LEP

Em 2009, o Poder Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais sobre o oferecimento de serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Mais de 2.300 funcionários participaram deste programa de meio dia de duração.

Em 2013 o treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido aos juízes e aos juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos. Os juízes receberam treinamento adicional sobre LEP em 2016. Desde 2013, o treinamento sobre LEP tem sido incorporado ao programa de orientação para novos juízes e juízes auxiliares da vara de família para execução de alimentos fornecido a todos os recém nomeados. Em 2023, vinte juizes novos e dois juízes auxiliares foram nomeados e receberam o treinamento sobre LEP.

Em 2017 o treinamento sobre indivíduos com LEP passou para um formato à distância. Esse curso de 75 minutos fornece um resumo das obrigações do Judiciário de prover serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete, as diferenças entre o intérprete e o tradutor e explica como os funcionários do Judiciário podem obter assistência linguística 24 horas por dia, sete dias por semana. Esse curso já teve a participação de mais de 3.300 funcionários desde o seu lançamento. Em 2020, o treinamento foi revisado e regravado para conter as informações mais atuais. Todos os funcionários recém-contratados do Poder Judiciário são obrigados a completar o treinamento.

Em 2018, o Comitê sobre LEP desenvolveu um treinamento à distância para as entidades que são contratadas pelo Poder Judiciário e que prestam serviços aos indivíduos com LEP. O treinamento abrange os requisitos federais da prestação de serviços aos indivíduos com LEP, as responsabilidades das entidades com os indivíduos com LEP, de acordo com os termos dos seus contratos com o Poder Judiciário, a maneira pela qual uma entidade pode cumprir suas responsabilidades, a diferença entre a interpretação e a tradução, e dicas de como trabalhar com intérpretes. Desde seu lançamento, já teve a participação de mais de 1.300 indivíduos.

Em 2022, o Comitê sobre LEP publicou um treinamento de reciclagem para os funcionários do Poder Judiciário. O treinamento é focado nos serviços de interpretação e tradução oferecidos pelo Poder Judiciário e de que maneira os funcionários podem acessar tais serviços. Em 2023, mais de 3.500 funcionários do Poder Judiciário fizeram o treinamento de reciclagem sobre LEP. A participação anual é obrigatória para os funcionários do Poder Judiciário. Um lembrete será enviado anualmente a todos os funcionários do Poder Judiciário.

Documentos Essenciais

A constante identificação e tradução de documentos essenciais continua sendo uma prioridade do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. Em 2013 e novamente em 2017, o Administrador Geral do Tribunal solicitou que os Diretores Executivos do Poder Judiciário identificassem os documentos essenciais utilizados por suas Divisões. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua no processo de traduzir estes documentos para o espanhol, polonês e português. Em 2023, 172 documentos essenciais foram traduzidos para o espanhol, polonês e português.

Formulários

Todos os formulários traduzidos têm um indicador alertando os funcionários e o público de sua disponibilidade em outros idiomas.

O Comitê iniciou comunicação com a Divisão de Serviços Jurídicos do Poder Judiciário para incluir um aviso em todos os formulários do Judiciário sobre a disponibilidade de serviços gratuitos de interpretação para indivíduos com LEP. Além de incluir tais avisos, o Comitê está analisado a possibilidade de criar cartazes com linguagem parecida, os quais poderão ser exibidos nos espaços públicos das instalações do Poder Judiciário.

Serviço Telefônico Bilingue

O Poder Judiciário de Connecticut contratou três serviços de prestação de assistência linguística telefônica, permitindo aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês a comunicar-se através do uso de serviços de interpretação por telefone.

O Serviço Telefônico Bilingue está disponível em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Está disponibilizado em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários que trabalham fora das instalações do Poder Judiciário, via telefone celular, quando necessitam se comunicar com indivíduos com LEP. Em 2023, o Serviço Telefônico Bilingue foi utilizado mais de 29.000 vezes em 75 línguas/dialetos diferentes.

Tradução de Páginas do Site do Poder Judiciário

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são português e polonês (aproximadamente 3% cada). Conseqüentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês.

Interpretação Remota por Vídeo

O início da pandemia de COVID-19 alterou, de forma fundamental, como a maioria dos procedimentos judiciais passaram a ser realizados. Anteriormente, a grande maioria de audiências e entrevistas era realizada presencialmente. Como resultado da pandemia, tornou-se necessário realizar os procedimentos por meio remoto. Esta mudança possibilitou que o Poder Judiciário experimentasse com o uso de interpretação remota por vídeo (VRI – na sigla em inglês). O desempenho excelente da Divisão de Informação da Tecnologia do Poder Judiciário criou um sistema que possibilita a interpretação simultânea mediante o uso do equipamento da VRI. Ao providenciar a interpretação simultânea, as causas realizadas com a assistência do intérprete remoto são significativamente mais rápidas. O sistema também permite que o advogado fale, reservadamente, com seu cliente com proficiência limitada em inglês dentro da sala de audiências.

Ao implementar a VRI, o Poder Judiciário tem condições de escalar os intérpretes credenciados e altamente qualificados para os procedimentos realizados nos autos. O programa da VRI permite que o intérpretes sejam escalados para trabalhar em todo o estado e que fiquem disponíveis para providenciar assistência linguística para lugares distantes através da tecnologia. Além disso, um intérprete tem como trabalhar em vários procedimentos em lugares diferentes em um curto prazo, em vez de exigir que os intérpretes façam viagens longas para tais lugares.

Em 2023, o Poder Judiciário instalou os aparelhos necessários para providenciar a VRI, com os intérpretes do Poder Judiciário, em todas as salas de audiências destinadas às audiências iniciais do processo penal, causas da vara de habitações, causas da vara da infância e juventude e causas da vara de execução de alimentos. Atualmente, a VRI é utilizada em espanhol, português, polonês e mandarim.

Revisão do Plano de Acesso Linguístico

O Comitê sobre LEP analisou e revisou o Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário. O Plano de Acesso Linguístico revisado, o qual foi aprovado pelo Administrador Geral do Tribunal, foi traduzido para o espanhol, português e polones e publicado nas páginas da internet e intranet do Poder Judiciário.

Procedimento de Queixa

O Comitê elaborou um procedimento que permite que indivíduos com LEP apresentem queixas se tiverem reclamação dos serviços linguísticos fornecidos pelo Judiciário. Após a finalização da política e dos formulários, estes serão traduzidos e disponibilizados aos indivíduos com LEP que desejarem apresentar uma queixa.

II. Planos Futuros

O Comitê sobre LEP reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso às suas instalações, seus processos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

Documentos Essenciais

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento desde 2013. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continuará a traduzir os documentos essenciais para o espanhol, polonês e português. Além disso, os formulários serão traduzidos para o mandarim.

Interpretação Remota por Vídeo

O Comitê continuará a trabalhar com a Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução e a Divisão de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário a fim de implementar a interpretação remota por vídeo para todos os tipos de causas.

Treinamento

O treinamento sobre questões de LEP é uma prioridade contínua do Comitê sobre LEP e do Poder Judiciário. O Comitê elaborará um treinamento de reciclagem à distância para os juízes. O treinamento providenciará um resumo dos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário e como acessá-los.

O Comitê também iniciará o desenvolvimento de um tutorial online para as partes externas interessadas sobre os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário aos indivíduos com LEP e a maneira como esses serviços podem ser acessados.

Notificações Sobre Serviços de Interpretação

O Comitê continuará o trabalho com a Unidade de Serviços Jurídicos a fim de incluir um aviso, o qual informa os indivíduos com LEP da disponibilidade de serviços gratuitos de interpretação, em todos os formulários do Poder Judiciário. Além disso, o Comitê criará avisos com linguagem parecida para serem exibidos em espaços públicos das instalações do Judiciário.

Procedimento de Queixa

O Comitê implementará um procedimento oficial para permitir que as pessoas com proficiência limitada em inglês possam protocolar uma queixa sobre a assistência linguística que receberam.